



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA



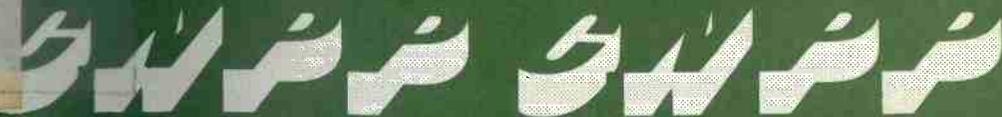
PROGRAMA NACIONAL DE
FORMAÇÃO
TREINAMENTO E
APERFEIÇOAMENTO DE
RECURSOS HUMANOS PENITENCIÁRIOS

Biblioteca - Ministério da Justiça



MJU000814532D23

341 583
P961p
Dep/Legal



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

**PROGRAMA NACIONAL DE
FORMAÇÃO
TREINAMENTO E
APERFEIÇOAMENTO DE
RECURSOS HUMANOS PENITENCIÁRIOS**

94841

341.583
P964P
dep. legal

Brasília
1980

Brasília, 15 de dezembro de 1980

Exm^o Sr.
Dr. PIO SOARES CANEDO
M.D. Presidente do Conselho Nacional de Política Penitenciária
Ministério da Justiça

Senhor Presidente:

Em prosseguimento à missão que nos foi confiada, estamos encaminhando a V. Ex^a, para fins de submissão ao CNPP, objetivando a sua aprovação, o anteprojeto do "Programa Nacional de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos Penitenciários".

Acreditamos ainda prematura a menção de certos aspectos logísticos e funcionais do Programa, recomendando que sejam estudados e definidos à medida dos planejamentos para execução dos cursos.

Nesta oportunidade desejamos expressar o nosso reconhecimento às excelentes contribuições críticas feitas pelos companheiros Conselheiros, na sua maioria incorporadas à presente versão.

Atenciosamente,

Prof. Antônio Zappalá

Des. José Danton de Oliveira

III - SIAA - COB	BIBLIOTECA	
	DATA	N.º REGISTRO
	16/12/97	399

Exm^o Sr.
Dr. Pio Soares Canedo
D.D. Presidente do Conselho Nacional de Política Penitenciária
Ministério da Justiça

Senhor Presidente:

Em cumprimento à honrosa designação de V. Excia para que, com o Desembargador José Danton de Oliveira, elaborássemos "um estudo para a realização de cursos de formação e treinamento de pessoal penitenciário", submeto à apreciação de V. Excia e dos demais ilustres Conselheiros, o documento anexo.

Em vista da complexidade e da importância do assunto, objetivamos nesta fase inicial, dentro do espírito de "sopa de pedra" de Serrano Neves, o preparo de um documento base, um "esqueleto", para não me afastar da terminologia médica. As próprias "articulações" poderão ser revistas quando da montagem final; os excessos, retirados com a cautela de não desfigurar o arcabouço fundamental; as lacunas, preenchidas com o fruto da vivência profissional e acadêmica dos Conselheiros.

Alguns aspectos logísticos e funcionais do Programa foram, de propósito, omitidos nesta Minuta, tais como: custos do programa, custos de cursos, bolsas de estudos, legislações de suporte ao Programa (criação de vagas, efetivações em cargos), etc. Após incorporação destes dados e também das sugestões que advirão, poder-se-á apresentar ao CNPP um Ante-projeto para ulterior análise crítica e, eventualmente, aprovação.

Desejo agradecer as valiosas colaborações que o Desembargador José Danton de Oliveira e eu recebemos no decorrer deste trabalho: do Superintendente da SUSEPE no Rio Grande do Sul, Dr. Altair Venzon; dos Conselheiros Suplentes Dr. Alcêo Moraes Almeida e Dr. Heber Soares Vargas; do Diretor do DEPEN, Dr. Jarbas Fidelis de Souza; do Diretor do Centro de Formação e Treinamento de Pessoal Penitenciário do DEPEN, Dr. Carlos Gomes Pereira, com dedicação e excelente contribuição; do Diretor da Academia Nacional de Polícia, Dr. João Batista Campelo, e da Assessora do Senhor Ministro, Dra. Lucinda Lemos dos Santos.

A possibilidade de difundirmos aos recantos do País a filosofia de moderna política penitenciária do Ministro IBRAHIM ABI-ACKEL, por si só justifica o nosso entusiasmo e a tranquilidade de cumprimento de dever social.

Respeitosamente submetido,

Brasília, 20 de outubro de 1980

Prof. Antônio Zappalá

INTRODUÇÃO

O **OBJETIVO GERAL** do Programa Nacional é o de (1) **Formação**, (2) **Treinamento** e (3) **Aperfeiçoamento** de recursos humanos penitenciários para as administrações técnica, técnico-científica e diretiva dos estabelecimentos prisionais brasileiros (Figura 1).

Os **PROMOTORES** do Programa Nacional serão o Ministério da Justiça, através do CNPP, e as Secretarias de Justiça das Unidades da Federação.

Os **PARTICIPANTES** serão profissionais que exerçam ou deverão exercer atividades na área penitenciária brasileira

O **PROGRAMA NACIONAL** prevê a realização dos seguintes **Cursos**:

- (1) **CURSOS DE FORMAÇÃO** (Figura 2)
Destinados a **formar**:
 - (1a) Agentes de Segurança
 - (1b) Monitores Penitenciários
(Profissionais de atividades correlatas)
- (2) **CURSOS DE TREINAMENTO** (Figura 3)
Destinados a **treinar**:
Profissionais liberais e outros de atividades correlatas no exercício de suas funções penitenciárias
- (3) **CURSO DE APERFEIÇOAMENTO** (Figura 4)
Destinado a **aperfeiçoar**:
Dirigentes de Instituições ou Órgãos Penitenciários, em uníssono com a Política Penitenciária Nacional, incluindo, como convidados especiais, Juízes de Execuções Penais

Os **CUSTOS** do Programa Nacional serão previstos para os diversos cursos e orçados a níveis nacional e estaduais, além de outras fontes.

CURSO PARA SERVIDORES PENITENCIÁRIOS

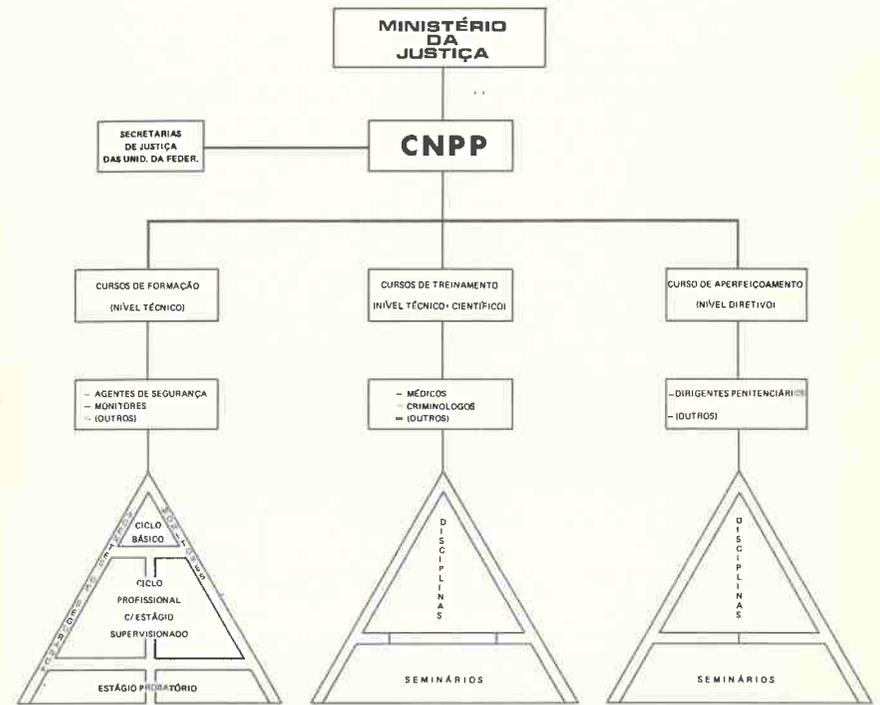


Fig. 1

CURSO DE FORMAÇÃO (NÍVEL TÉCNICO)

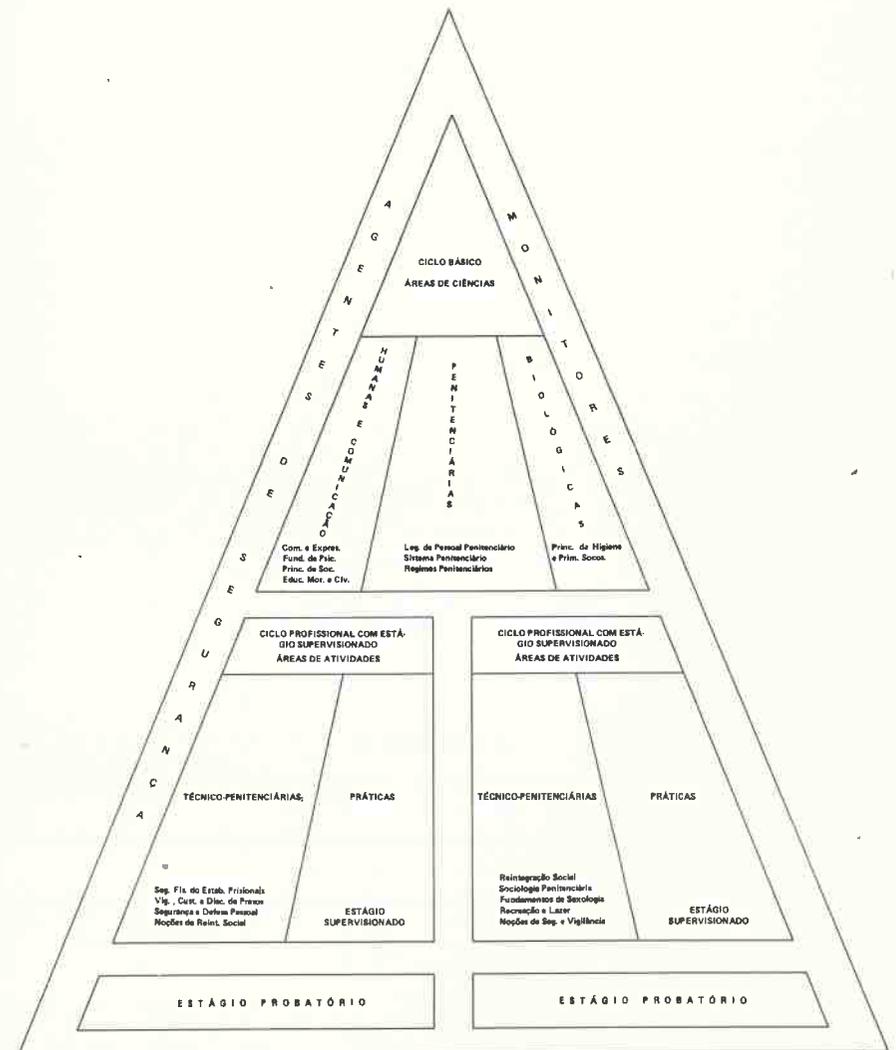


Fig. 2

**CURSO DE TREINAMENTO
(NÍVEL TÉCNICO - CIENTÍFICO)**

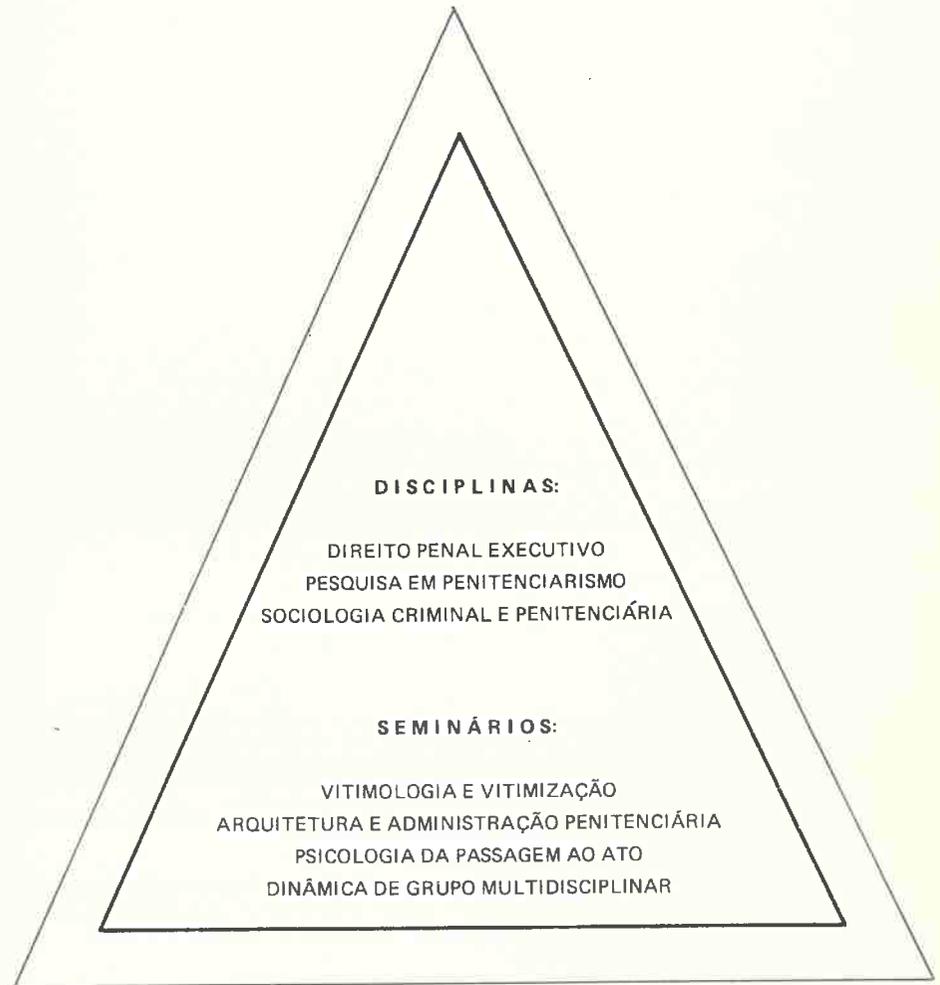


Fig. 3

**CURSO DE APERFEIÇOAMENTO
(NÍVEL DIRETIVO)**



Fig. 4



(1) CURSOS DE FORMAÇÃO (Nível Técnico)

(1a) – Agentes de Segurança

PLANO DE ORGANIZAÇÃO

PLANO DE ORGANIZAÇÃO

PARA SER...

OBJETIVO GERAL:

Formar Agentes de Segurança para serviços de vigilância, custódia e disciplina de presos e para adequada participação no processo de recuperação do preso com vistas à reintegração social

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Serão estabelecidos através das disciplinas do curso

PROMOTORES:

Ministério da Justiça e
Secretarias de Justiça das Unidades da Federação

EXECUTOR:

Secretaria de Justiça de cada Unidade da Federação, ou
Órgãos penitenciário subordinado à Secretaria de Justiça

PARTICIPANTES:

Agentes de Segurança e auxiliares administrativos ou técnicos do mesmo nível, integrados ou a se integrarem no sistema penitenciário

NÚMERO DE VAGAS:

A Secretaria de Justiça de cada Unidade da Federação estabelecerá e divulgará o número de vagas

PRÉ-REQUISITO:

Ser funcionário de estabelecimento prisional, ou
Ter sido aprovado em concurso público para provimento de cargo em estabelecimento prisional

REQUISITO:

Ter sido aprovado em prova de seleção e/ou entrevista pessoal.

LOCAL DE REALIZAÇÃO:

Estabelecimentos prisionais, ou
Em locais determinados pelo executor do curso

DURAÇÃO:

3 a 4 meses, em geral, e variável entre as Unidades da Federação, de acordo com regulamentos e normas estaduais

CORPO DOCENTE:

Convocado e formado a critério dos executores

AVALIAÇÃO:

Avaliador:

Executor e/ou
Ministério da Justiça

Métodos:

Provas
Relatórios
Trabalhos individuais ou em grupo
Observação contínua das atividades realizadas e de comportamento profissional

PROGRAMA CURRICULAR:

O programa curricular mínimo deverá constar de:

Ciclo Básico

Consta de oito disciplinas agrupadas em três áreas gerais: Ciências Humanas e Comunicação, Ciências Penitenciárias e Ciências Biológicas. O Ciclo Básico é semelhante ao do Curso de Formação de Monitores Penitenciários

Ciclo Profissional com Estágio Supervisionado

Consta de quatro disciplinas, todas na área de Atividades Técnico-Penitenciárias. O Ciclo Profissional é acompanhado de um Estágio Supervisionado, de caráter essencialmente prático.

Estágio Probatório

Consta de aplicação, na prática profissional, dos conhecimentos e experiências adquiridos durante os dois ciclos precedentes. Assemelha-se a uma atividade de pós-graduação

CONTENIDO

1. INTRODUCCIÓN

2. OBJETIVOS

3. CONTENIDOS

4. CRONOGRAMA

5. EVALUACIÓN

6. ANEXOS

7. BIBLIOGRAFÍA

CURRÍCULO MÍNIMO

CICLO BÁSICO

ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E COMUNICAÇÃO

Comunicação e Expressão
Fundamentos de Psicologia
Princípios de Sociologia
Educação Moral e Cívica

ÁREA DE CIÊNCIAS PENITENCIÁRIAS

Legislação de Pessoal Penitenciário
Sistema Penitenciário
Regimes Penitenciários

ÁREA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Princípios de Higiene e Primeiros Socorros

CICLO PROFISSIONAL COM ESTÁGIO SUPERVISIONADO

ÁREA DE ATIVIDADES TÉCNICO-PENITENCIÁRIAS

Segurança Física de Estabelecimentos Prisionais
Vigilância, Custódia e Disciplina de Presos
Segurança e Defesa Pessoal
Noções de Reintegração Social

ÁREA DE ATIVIDADES PRÁTICAS

Estágio Supervisionado

ESTÁGIO PROBATÓRIO

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

CICLO BÁSICO

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	DISCIPLINAS
Desenvolver as formas de comunicação e expressão	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
Aplicar os principais conceitos gramaticais	
Estimular a interpretação e elaboração de: composição, descrição, carta, ofício, requerimento, relatório, registro de ocorrências	
Proporcionar noções sobre a personalidade humana, seus conflitos e suas limitações	FUNDAMENTOS DE PSICOLOGIA
Incentivar o relacionamento interpessoal e grupal	
Criar condições de liderança dinâmica e equilibrada, como educador e representante da lei, com vistas à ressocialização	

Analisar fatores criminógenos e interpretar a influência de fatores sócio-econômicos na criminalidade

Analisar o cárcere como fator criminógeno

Desenvolver atitudes condizentes com um programa para efetivo retorno do preso ao convívio social

PRINCÍPIOS DE SOCIOLOGIA

Proporcionar noções sobre as instituições básicas da sociedade.

Posicionar o indivíduo face ao meio ambiente e ao Brasil

Transmitir conceitos básicos de valores cívicos

Despertar a consciência moral e o respeito pelos semelhantes

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

Transmitir noções de Direito Constitucional e Administrativo aplicáveis ao desempenho da função pública penitenciária

Promover a análise de situações funcionais no estatuto do funcionário público civil, em legislação complementar e na C.L.T.

Propiciar conhecimentos da legislação referente ao servidor penitenciário, seus direitos e deveres

LEGISLAÇÃO DE PESSOAL PENITENCIÁRIO

Fornecer noções de organização e administração penitenciárias sob a forma de sistema

Difundir as "Recomendações Básicas para uma Programação Penitenciária" (MJ)

Identificar os órgãos federais, com atribuições penitenciárias

Analisar a organização penitenciária da Unidade da Federação

Discutir a finalidade dos estabelecimentos prisionais da Unidade da Federação e a Política de ação com vistas ao cumprimento da pena

Situar o discente dentro da estrutura funcional do Sistema Penitenciário

Possibilitar o conhecimento dos regimes penitenciários

Provocar o debate sobre legislação penal e processual penal vigentes, bem como sobre os problemas advindos da comunidade prisional

Analisar a evolução histórica da Pena

Propagar as Regras Mínimas da ONU para Tratamento dos Presos

Conceituar e transmitir princípios de higiene em geral e de cuidados com a saúde

Instruir sobre a aplicação dos princípios de higiene e de primeiros socorros em situações de urgência

Listar recursos necessários à saúde dos presos, identificando e selecionando instrumental em casos diversos

SISTEMA PENITENCIÁRIO

REGIMES PENITENCIÁRIOS

PRINCÍPIOS DE HIGIENE E PRIMEIROS SOCORROS

CICLO PROFISSIONAL

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	DISCIPLINAS
Interpretar e resolver problemas relativos à segurança física dos estabelecimentos prisionais	SEGURANÇA FÍSICA DE ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS
Preparar o agente para executar tecnicamente vigilância, custódia e disciplina de presos	VIGILÂNCIA, CUSTÓDIA E DISCIPLINA DE PRESOS
Instruir o discente para atuar com segurança, não só em casos de rotina, mas em situações de emergência	
Formar uma conduta humana e criativa na vigilância, custódia e disciplina dos presos	
Oferecer atividades que desenvolvam a capacidade de segurança e de defesa pessoal	SEGURANÇA E DEFESA PESSOAL
Capacitar o agente no conhecimento e execução das formas de revistas	
Instruir como conduzir um preso	
Transmitir a filosofia do plano nacional de política penitenciária para a reintegração social do preso, estimulando o desenvolvimento de espírito de equipe.	NOÇÕES DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	DISCIPLINA
Complementar a formação pessoal e profissional do Agente de Segurança	ESTÁGIO SUPERVISIONADO
Aplicar, na prática, os conhecimentos teóricos com vistas ao melhor desempenho profissional no ambiente penitenciário	

ESTÁGIO PROBATÓRIO

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	DISCIPLINA
Aplicar, na prática profissional, em regime de pós-graduação, os conhecimentos e experiências adquiridos durante o Ciclo básico e o Ciclo profissional	ESTÁGIO PROBATÓRIO
Qualificar recursos humanos para o exercício efetivo de funções penitenciárias	

CONTEÚDOS CURRICULARES

COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

Substantivo: Divisão e Flexões de Gênero, Número e Grau.

Adjetivo: Flexões de Gênero, Número e Grau

Pronome

Artigo

Numeral

Verbos Regulares, Irregulares, Auxiliares, Anômalos e Defectivos. Conjugação dos tempos simples

Advérbios: Divisão e Emprego

Ortografia: Acentuação e Pontuação

Concordância e Colocação

Regência Verbal e Nominal

FUNDAMENTOS DE PSICOLOGIA

Personalidade
Temperamento: Caráter e Comportamento Humano
Grupo Social e sua Composição
Recursos Humanos Grupais e Intergrupais
Paixão e Emoções
Hábitos e Atitudes
Conceito de Normalidade
Mecanismos Defensivos e de Adaptação Social
Liderança: Tipos, Desenvolvimento e Treinamento
Noções de Psicopatologia: Neurose, Psicose, Personalidade Psicopática, Desenvolvimento Mental Retardado
Núcleo da Personalidade Criminógena
Noções de Periculosidade Social e Criminal

PRINCÍPIOS DE SOCIOLOGIA

Fatores Criminógenos
Fatores Sócio-econômicos no estudo da Criminalidade
Tipologias Criminais Comuns
Comportamento Social e Delinquência
Fatores de Reincidência Criminal

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

Família. Escola. Religião
Cidade. País. Mundo
Pátria: Patriotismo
Brasil: Evolução Política e Atualidade
Bandeira do Brasil e Símbolos Nacionais
Personalidade e Caráter
Responsabilidade e Cooperação
Moral, Consciência Moral
Direitos Humanos
Direitos e Deveres do Cidadão
Liberdade Humana

LEGISLAÇÃO DE PESSOAL PENITENCIÁRIO

Introdução
Noções de Direito
Constitucional
Função Pública na Constituição
Administrativo
Legislação Funcional
Desempenho da Função Pública
Ingresso, Exercício, Estágio Probatório, Promoções, Férias, Licenças,
Remoção, Regime Disciplinar, Hierarquia, Direito de Petição
Função Pública Penitenciária

SISTEMA PENITENCIÁRIO

- Histórico
- Conceitos
- Princípios
- Política Administrativa
- Objetivos
- Tipos
- Organização Penitenciária da Unidade da Federação
 - Casas Prisionais
 - Classificação
 - Finalidades
 - Organização das Unidades
- Atribuições dos Servidores Penitenciários

REGIMES PENITENCIÁRIOS

- Evolução Histórica da Pena
 - O Direito de Punir
 - Teorias Modernas do **Jus Puniendi**
- Evolução Histórica de Regimes Penitenciários
- Regime Fechado
- Regime Semi-aberto
- Regime Aberto
 - Normas para sua concessão, cumprimento, enquadramento, modificações
 - Transferência
- Normas Gerais e Supletivas
 - Regulamentos
 - Direitos e Deveres do Preso
- Noções de dolo, culpa, **sursis**, livramento condicional, serviço externo e reincidência
- Noções processuais de prisão preventiva, prisão em flagrante, **habeas corpus**
- Delitos de corrupção ativa, corrupção passiva, fuga de preso, abuso de autoridade
- Medidas de Segurança
 - Natureza
 - Finalidade
 - Classificação

PRINCÍPIOS DE HIGIENE E PRIMEIROS SOCORROS

Conceito de Higiene

Higiene

Alimentos – Vestuário – casa, campo, cidade

Ambiental e locais de trabalho

Vícios

Poluição: ar, água, solo, sonora

Medicina Preventiva

Defesa Orgânica e Imunização

Transmissão de Doenças

Uso de Medicamentos

Doenças Venéreas

Sinais Vitais

Temperatura – Pulso – Respiração

Pressão Arterial

Injeções

Curativos

Hemorragias

Intoxicação

Retirada de Corpos Estranhos

Luxação

Entorçe

Fraturas

Queimaduras

Afogamento

Picadas de Animais

Coma

Convulsões

Desmaios

Parada Cardio-respiratória e Ressuscitação Cardio-pulmonar

Parto Prematuro

SEGURANÇA FÍSICA DE ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

Conceito. Generalidades.

Elementos: Humano e Material

Sistemas de Segurança:

Barreiras

Iluminação

Energia Elétrica

Água e Esgoto

Comunicações

Proteção contra Incêndio

Entradas Permitidas e Não Permitidas

Armazenamento

Postos de Observação e Vigilância

Generalidades

VIGILÂNCIA, CUSTÓDIA E DISCIPLINA DE PRESOS

- Técnicas de Vigilância Fixa e Móvel
- Técnicas de Revistas
- Técnicas de Disciplina
- Ocorrências
 - Morte
 - Lesões Corporais
 - Motins
 - Fuga
 - Acidentes
- A Segurança
- A Vigilância
- A Assistência
- A Inspeção
- A Custódia
- A Supervisão do Movimento da Comunidade Carcerária
- Disciplina e Segurança do Estabelecimento Prisional
- Manutenção da Disciplina dos Presos
- Realização de Rondas e Revistas Periódicas
- Fiscalização de Atividades e de Horas de Lazer
- Informações às Autoridades das Ocorrências Observadas ou Registradas

SEGURANÇA E DEFESA PESSOAL

- Revista Masculina
- Revista Feminina
- Condução de Preso
 - Com Forçamento de Punhos
 - Com Forçamento de Articulações de Cotovelos
- Defesa de Agressões
 - Bofetada
 - Soco Direto
 - Facada por cima
 - Facada por baixo
 - Facada, quando a faca é usada na frente da cintura
 - Revólver, ao sacar, quando usado na frente da cintura
 - Facada ou revólver ao sacar, quando usado no lado direito
 - Revólver, quando apontado pela frente
 - Revólver, quando apontado por trás
 - Estrangulamento pela frente
 - Estrangulamento por trás
- Gravatas
 - Por trás
 - Pela frente
 - Transversal

NOÇÕES DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL

Vivência Prisional

Rotina Prisional

Relacionamento do Preso com Servidores Penitenciários

Conquista Progressiva de Liberdade

Perspectivas do Retorno Social

Reingresso no Convívio Social

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado, essencialmente prático, visa o melhor desempenho das funções do cargo e a complementação de sua formação pessoal e profissional.

Será desenvolvido simultaneamente com o ciclo profissional e realizado em estabelecimentos prisionais ou em locais especiais, determinados pelos executores do curso.

Incluirá atividades de observação, participação, execução e colaboração nos trabalhos desenvolvidos nos estabelecimentos prisionais com tarefas distribuídas pelos professores e supervisionadas pelos orientadores.

Os alunos serão divididos em grupos, de acordo com as necessidades didáticas, devendo cumprir programação baseada nas disciplinas do curso em geral, principalmente nas que permitam atividades práticas, dentre as quais se destacam as seguintes:

SEGURANÇA FÍSICA DE ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

VIGILÂNCIA, CUSTÓDIA E DISCIPLINA DE PRESOS

SEGURANÇA E DEFESA PESSOAL

NOÇÕES DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL

ESTÁGIO PROBATÓRIO

O Estágio Probatório, de caráter obrigatório, terá início, à semelhança de atividades de pós-graduação, logo a seguir ao término do ciclo profissional.

Durante o Estágio Probatório, o servidor penitenciário será avaliado no exercício de suas funções e aptidões técnico-profissionais, particularmente quanto ao nível de seu desempenho nas atividades que tratam da recuperação do preso para o futuro reingresso no convívio social.

A duração do Estágio Probatório será, em geral, de 2 anos, período variável entre as Unidades da Federação, de acordo com regulamentos e normas estaduais.

Concluído o Estágio Probatório, o servidor penitenciário estará qualificado à efetivação no cargo.

(1) CURSOS DE FORMAÇÃO (Nível Técnico)

(1b) – Monitores Penitenciários

OBJETIVO GERAL:

Formar Monitores Penitenciários para melhor atendimento às pessoas recolhidas a estabelecimentos prisionais, assistindo-as, orientando-as e participando do processo de sua recuperação, com vistas à reintegração social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Serão estabelecidos através das disciplinas do curso

PROMOTORES:

Ministério da Justiça e
Secretarias de Justiças das Unidades da Federação

EXECUTOR:

Secretaria de Justiça de cada Unidade da Federação, ou
Órgão penitenciário subordinado à Secretaria de Justiça

PARTICIPANTES:

Monitores, instrutores, mestres de ofício e outros auxiliares administrativos ou técnicos do mesmo nível, integrados ou a se integrem no sistema penitenciário

NÚMERO DE VAGAS:

A Secretaria de Justiça de cada Unidade da Federação estabelecerá e divulgará o número de vagas

PRÉ-REQUISITO:

Ser funcionário de estabelecimento prisional, ou
Ter sido aprovado em concurso público para provimento de cargo em estabelecimento prisional

REQUISITO:

Ter sido aprovado em prova de seleção e/ou entrevista pessoal

LOCAL DE REALIZAÇÃO:

Estabelecimentos Prisionais, ou
Em locais determinados pelo executor do curso

DURAÇÃO:

3 a 4 meses, em geral, e variável entre as Unidades da Federação, de acordo com regulamentos e normas estaduais

CORPO DOCENTE:

Convocado e formado a critério do executor

AVALIAÇÃO:

Avaliador:

Executor e/ou
Ministério da Justiça

Métodos:

Provas
Relatórios
Trabalhos individuais ou em grupo
Observação contínua das atividades realizadas e de comportamento profissional.

PROGRAMA CURRICULAR:

O programa curricular mínimo deverá constar de:

Ciclo Básico:

Consta de oito disciplinas agrupadas em três áreas gerais: Ciências Humanas e Comunicação, Ciências Penitenciárias e Ciências Biológicas. O Ciclo Básico é semelhante ao do Curso de Agentes de Segurança

Ciclo Profissional com Estágio Supervisionado:

Consta de cinco disciplinas, todas na Área de Atividades Técnico-penitenciárias. O Ciclo Profissional é acompanhado de um Estágio Supervisionado, de caráter essencialmente prático

Estágio Probatório:

Consta de aplicação, na prática profissional, dos conhecimentos e experiências adquiridos durante os dois ciclos precedentes. Assemelha-se a uma atividade de pós-graduação.

CURRÍCULO MÍNIMO

CICLO BÁSICO

ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E COMUNICAÇÃO

Comunicação e Expressão
Fundamentos de Psicologia
Princípios de Sociologia
Educação Moral e Cívica

ÁREA DE CIÊNCIAS PENITENCIÁRIAS

Legislação de Pessoal Penitenciário
Sistema Penitenciário
Regimes Penitenciários

ÁREA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Princípios de Higiene e Primeiros Socorros

CICLO PROFISSIONAL COM ESTÁGIO SUPERVISIONADO

ÁREA DE ATIVIDADES TÉCNICO-PENITENCIÁRIAS

Reintegração Social
Sociologia Penitenciária
Fundamentos de Sexologia
Recreação e Lazer
Noções de Segurança e Vigilância

ÁREA DE ATIVIDADES PRÁTICAS

Estágio Supervisionado

ESTÁGIO PROBATÓRIO

CICLO BÁSICO

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	DISCIPLINAS
<p>Desenvolver as formas de comunicação e expressão</p> <p>Aplicar os principais conceitos gramaticais</p> <p>Estimular a interpretação e elaboração de: composição, descrição, carta, ofício, requerimento relatório, registro de ocorrências</p>	<p>COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO</p>
<p>Proporcionar noções sobre a personalidade humana, seus conflitos e suas limitações</p> <p>Incentivar o relacionamento interpessoal e grupal</p> <p>Criar condições de liderança dinâmica e equilibrada, como educador e representante da lei, com vistas à ressocialização</p>	<p>FUNDAMENTOS DE PSICOLOGIA</p>

Analisar fatores criminógenos e interpretar a influência de fatores sócio-econômicos na criminalidade

Analisar o cárcere como fator criminógeno

Desenvolver atitudes condizentes com um programa para efetivo retorno do preso ao convívio social

PRINCÍPIOS DE SOCIOLOGIA

Proporcionar noções sobre as instituições básicas da sociedade.

Posicionar o indivíduo face ao meio ambiente e ao Brasil

Transmitir conceitos básicos de valores cívicos

Despertar a consciência moral e o respeito pelos semelhantes

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

Transmitir noções de Direito Constitucional e Administrativo aplicáveis ao desempenho da função pública penitenciária

Promover a análise de situações funcionais no estatuto do funcionário público civil, em legislação complementar e na C.L.T.

Propiciar conhecimentos da legislação referente ao servidor penitenciário, seus direitos e deveres.

LEGISLAÇÃO DE PESSOAL PENITENCIÁRIO

Fornecer noções de organização e administração penitenciárias sob a forma de sistema

Difundir as "Recomendações Básicas para uma Programação Penitenciária" (MJ)

Identificar os órgãos federais com atribuições penitenciárias

Analisar a organização penitenciária da Unidade da Federação

Discutir a finalidade dos estabelecimentos prisionais da Unidade da Federação e a Política de ação com vistas ao cumprimento da pena

Situar o discente dentro da estrutura funcional do Sistema Penitenciário

Possibilitar o conhecimento dos regimes penitenciários

Provocar o debate sobre legislação penal e processual penal vigentes, bem como sobre os problemas advindos da comunidade prisional

Analisar a evolução histórica da Pena

Propagar as Regras Mínimas da ONU para Tratamento dos Presos

Conceituar e transmitir princípios de higiene em geral e de cuidados com a saúde

Instruir sobre a aplicação dos princípios de higiene e de primeiros socorros em situações de urgência

Listar recursos necessários à saúde dos presos, identificando e selecionando instrumental em casos diversos

SISTEMA PENITENCIÁRIO

REGIMES PENITENCIÁRIOS

PRINCÍPIOS DE HIGIENE E PRIMEIROS SOCORROS

CICLO PROFISSIONAL

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	DISCIPLINAS
Propiciar a participação discente no processo de reintegração social do preso pela aplicação de conhecimentos e metodologias adequados	REINTEGRAÇÃO SOCIAL
Desenvolver programas que estimulem o interesse do preso para as condições de liberdade progressiva dos regimes penitenciários	
Analisar fatores de ordem social que podem conduzir ao crime, incluindo suas causas e consequências	
Proporcionar a formação de uma atitude crítica e objetiva diante da criminalidade	SOCIOLOGIA PENITENCIÁRIA
Avaliar alternativas de prevenção dos crimes mais comuns	
Analisar o cárcere como fator criminógeno	
Estimular o desenvolvimento de atitudes de preparo do preso para adequado retorno ao convívio social.	
Discutir noções de função sexual, seus parâmetros de normalidade e de desvios	FUNDAMENTOS DE SEXOLOGIA
Interpretar a sexualidade no contexto do ambiente prisional	
Analisar aspectos de heterossexualidade e homossexualidade	

MJ BIBLIOTECA

RECREAÇÃO E LAZER

Treinar o discente no desenvolvimento de atividades de recreação e lazer que favoreçam a integração do preso ao grupo, com vista ao interrelacionamento humano e futura reintegração social

Conscientizar o Monitor sobre os problemas de segurança e vigilância dos estabelecimentos prisionais

Analisar problemas de vigilância, custódia e disciplina, referentes à pessoa do Monitor e às pessoas dos presos

Complementar a atividade do Monitor no sentido de segurança, vigilância e disciplina

NOÇÕES DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	DISCIPLINAS
Complementar a formação pessoal e profissional do Monitor	
Implementar, na prática, os conhecimentos adquiridos pelo discente, com vistas ao seu melhor desempenho profissional no ambiente penitenciário	ESTÁGIO SUPERVISIONADO
Estimular a observação, participação e execução de trabalhos desenvolvidos nos estabelecimentos prisionais	

ESTÁGIO PROBATÓRIO

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Aplicar, na prática profissional, em regime de pós-graduação, os conhecimentos e experiências adquiridos durante o Ciclo básico e o Ciclo profissional

Qualificar recursos humanos para o exercício efetivo de funções penitenciárias

DISCIPLINAS

ESTÁGIO PROBATÓRIO

CONTEÚDOS CURRICULARES

COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO

Substantivo: Divisão e Flexões de Gênero, Número e Grau

Adjetivo : Flexões de Gênero, Número e Grau

Pronome

Artigo

Numeral

Verbos Regulares, Irregulares, Auxiliares, Anômalos e Defectivos. Conjugação dos tempos simples

Advérbios: Divisão e Emprego

Ortografia: Acentuação e Pontuação

Concordância e Colocação

Regência Verbal e Nominal

FUNDAMENTOS DE PSICOLOGIA

Personalidade
Temperamento: Caráter e Comportamento Humano
Grupo Social e sua Composição
Recursos Humanos Grupais e Intergupais
Paixão e Emoções
Hábitos e Atitudes
Conceito de Normalidade
Mecanismos Defensivos e de Adaptação Social
Liderança: Tipos, Desenvolvimento e Treinamento
Noções de Psicopatologia: Neurose, Psicose, Personalidade Psicopática,
Desenvolvimento Mental Retardado
Núcleo da Personalidade Criminógena
Noções de Periculosidade Social e Criminal

PRINCÍPIOS DE SOCIOLOGIA

Fatores criminógenos
Fatores sócio-econômicos no estudo da criminalidade
Tipologias criminais comuns
Comportamento social e delinqüência
Fatores de reincidência criminal

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

Família. Escola. Religião
Cidade. País. Mundo
Pátria. Patriotismo
Brasil: Evolução Política e Atualidade
Bandeira do Brasil e Símbolos Nacionais
Personalidade e Caráter
Responsabilidade e Cooperação
Moral. Consciência Moral.
Direitos Humanos
Direitos e Deveres do Cidadão
Liberdade Humana

LEGISLAÇÃO DE PESSOAL PENITENCIÁRIO

Introdução
Noções de Direito
Constitucional
Função Pública na Constituição
Administrativo
Legislação Funcional
Desempenho da Função Pública
Ingresso, Exercício, Estágio Probatório, Promoções, Férias, Licenças,
Remoção, Regime Disciplinar, Hierarquia, Direito de Petição
Função Pública Penitenciária

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Histórico
Conceitos
Princípios
Política Administrativa
Objetivos
Tipos
Organização Penitenciária da Unidade da Federação
Relação das Casas Prisionais
Classificação
Finalidades:
Organização das Unidades
Atribuições dos Servidores Penitenciários.

REGIMES PENITENCIÁRIOS

Evolução Histórica da Pena
O Direito de Punir
Teorias Modernas do **Jus Puniendi**
Evolução Histórica de Regimes Penitenciários
Regime Fechado
Regime Semi-aberto
Regime Aberto
Normas para a sua concessão cumprimento, enquadramento, modificações
Transferência
Normas Gerais e Supletivas
Regulamentos
Direitos e Deveres do Preso
Noções de dolo, culpa, **sursis**, livramento condicional, serviço externo e reincidência
Noções processuais de prisão preventiva, prisão em flagrante, **habeas corpus**
Delitos de corrupção ativa, corrupção passiva, fuga de preso, abuso de autoridade
Medidas de Segurança
Natureza
Finalidade
Classificação

PRINCÍPIOS DE HIGIENE E PRIMEIROS SOCORROS

Conceito de Higiene

Higiene

Alimentos — Vestuário — casa, campo, cidade

Ambiental e locais de trabalho

Vícios

Poluição: ar, água, solo, sonora

Medicina Preventiva

Defesa Orgânica e Imunização

Transmissão de Doenças

Uso de Medicamentos

Doenças Venéreas

Sinais Vitais

Temperatura — Pulso — Respiração

Pressão Arterial

Injeções

Curativos

Hemorragias

Intoxicação

Retirada de Corpos Estranhos

Luxação

Entorçe

Fraturas

Queimaduras

Afogamento

Picadas de Animais

Coma

Convulsões

Desmaios

Parada Cardio-respiratório e Ressuscitação Cardio-pulmonar

Parto Prematuro

REINTEGRAÇÃO SOCIAL

Fatores Etiológicos Criminais

Afastamento do Convívio social

Vivência Prisional

Rotina Prisional

A Prisão como Fator Criminógeno

Trabalho e Ociosidade

Relacionamento do Preso com Servidores Penitenciários

Valores Éticos

Conquista Progressiva de Liberdade

Perspectivas do Retorno social

Oportunidades do Mercado de Trabalho

Reingresso no Convívio Social

SOCIOLOGIA PENITENCIÁRIA

Conceito
Sociologia como Ciência
Sociologia Criminal e suas Implicações com a Ciência Penal
Fatores Criminógenos
Fatores na Análise da Criminalidade
 Família, Educação, Emprego, Situação Social, Religião, Migração, Outros
Tipologias Criminais mais comuns
Delinquência, dos pontos de vista:
 Histórico, Biológico, Psicológico, Sociológico, Criminológico
Reincidência Criminal
 Durante a prisão
 Falta de Liberdade
 Isolamento
 Ociosidade
 Solidão
 Abstinência Sexual
 Atitude da Família
 Medo de Regressar à Sociedade
 Contaminação Carcerária
 Outros
 Após a Prisão
 Rejeição da Sociedade
 Decadência da Família
 Más Companhias
 Outros

FUNDAMENTOS DE SEXOLOGIA

Conceito de Sexo
Generalidades sobre a Anatomia e Fisiologia Sexual
Sexualidade Normal e Psicopatologia Sexual
Homossexualismo e Transsexualismo
Sedução
Estupro
Ultraje Público ao Pudor e Atentado ao Pudor
Impotência Sexual
Castidade e Continência Sexual
Sexualidade nas Penitenciárias

RECREAÇÃO E LAZER

Conceitos de Lazer e Ócio
Conceito de Recreação
Importância do Lazer para o Preso
Recreação como Forma de Educação
Liderança em Recreação
O Monitor como Agente da Recreação
Reconstrução da Personalidade Humana através da Recreação
Construção de um Mundo Melhor através do Lazer e Recreação
 Solidariedade
 Fraternidade
 Amor e Compreensão
 Respeito aos Direitos Humanos
Levantamento de Interesses
Atividades de Lazer e Recreação
 Esportivas
 Culturais
 Sociais
 Espirituais
Competições
 Recreativas
 Educativas
 Socializantes

NOÇÕES DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA

Conceito de Segurança Física de Estabelecimentos Prisionais
Elementos: Humano e Material
Sistemas de Segurança:
 Barreiras
 Iluminação
 Energia Elétrica
 Água e Esgoto
 Comunicações
 Proteção contra Incêndios
 Entradas Permitidas e Não Permitidas
 Armazenamento
 Postos de Observação e Vigilância
 Generalidades
Tipos de Vigilância
Técnicas de Custódia e Disciplina. Generalidades

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio Supervisionado, essencialmente prático, visa o melhor desempenho das funções do cargo e a complementação de sua formação pessoal e profissional.

Será desenvolvido simultaneamente com o ciclo profissional e realizado em estabelecimentos prisionais ou em locais especiais, determinados pelos executores do Curso.

Incluirá atividades de observação, participação, execução e colobaração nos trabalhos desenvolvidos nos estabelecimentos prisionais com tarefas distribuidas pelos professores e supervisionadas pelos orientadores.

Os alunos serão divididos em grupos, de acordo com as necessidades didáticas, devendo cumprir programação baseada nas disciplinas do curso em geral, principalmente nas que permitam atividades práticas, dentre as quais se destacam as seguintes:

REINTEGRAÇÃO SOCIAL

SOCIOLOGIA PENITENCIÁRIA

RECREAÇÃO E LAZER

NOÇÕES DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA

ESTÁGIO PROBATÓRIO

O Estágio Probatório, de caráter obrigatório, terá início, à semelhança de atividades de pós-graduação, logo a seguir ao término do ciclo profissional.

Durante o Estágio Probatório, o servidor penitenciário será avaliado no exercício de suas funções e aptidões técnico-profissionais, particularmente quanto ao nível de seu desempenho nas atividades que tratam da recuperação do preso para o futuro reingresso no convívio social.

A duração do Estágio Probatório será, em geral, de 2 anos, período variável entre as Unidades da Federação, de acordo com regulamentos e normas estaduais.

Concluído o Estágio Probatório, o servidor penitenciário estará qualificado à efetivação no cargo.

Faint, illegible text on the left page, possibly bleed-through from the reverse side.

(2) CURSOS DE TREINAMENTO (Nível Técnico-Científico)

Profissionais Liberais

PLANO DE ORGANIZAÇÃO

PLANO DE ORGANIZAÇÃO

OBJETIVO GERAL:

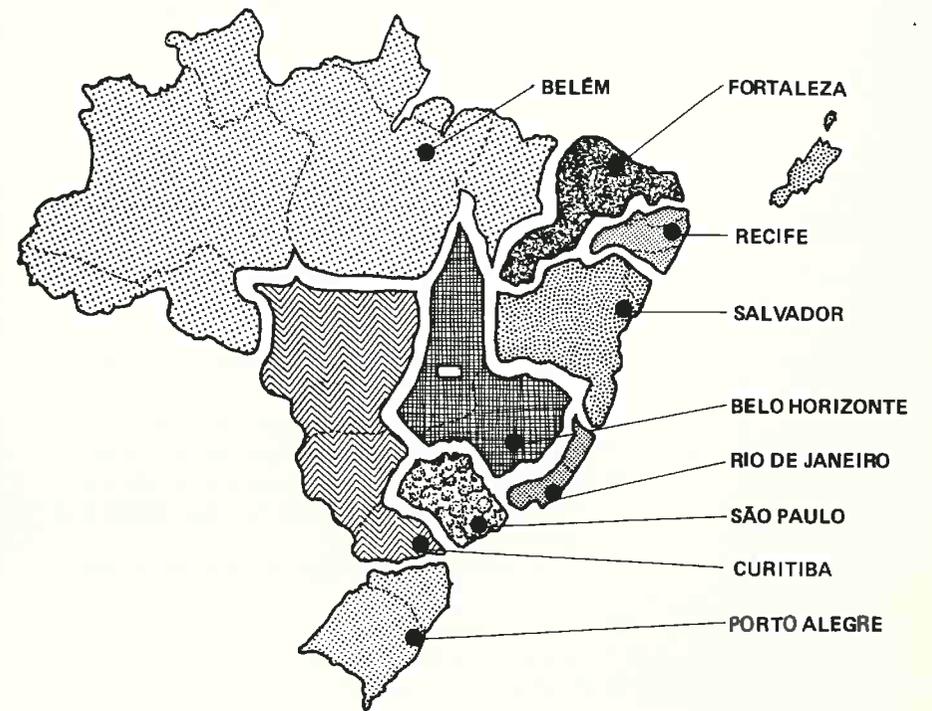
Treinar recursos humanos de nível superior, para atividades técnico-científicas, de trabalho integrado e interdisciplinar visando a ressocialização do preso

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Serão estabelecidos através das disciplinas do curso e ampliados pelos seminários

PROMOTORES:

Ministério da Justiça e Secretarias de Justiça de nove Regiões da Federação (Figura 5):



**CENTROS REGIONAIS DE TREINAMENTO DE
PESSOAL PENITENCIÁRIO**

- BELÉM (Pará, Acre, Amazonas, Maranhão, Amapá, Rondônia, Roraima)
- FORTALEZA (Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí)
- RECIFE (Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Fernando de Noronha)
- SALVADOR (Bahia, Sergipe)
- BELO HORIZONTE (Minas Gerais, Distrito Federal, Goiás)
- RIO DE JANEIRO (Rio de Janeiro, Espírito Santo)
- SÃO PAULO (São Paulo)
- CURITIBA (Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul)
- PORTO ALEGRE (Rio Grande do Sul, Santa Catarina)

EXECUTORES

Ministério da Justiça, em convênio com Secretarias de Justiça de nove Regiões da Federação

PARTICIPANTES:

Criminólogos, médicos, advogados, psicólogos, sociólogos, dentistas, assistentes sociais, engenheiros, arquitetos, religiosos, bibliotecários, professores de educação física e desportos e laborterapistas, entre outros de nível superior que exerçam atividades penitenciárias

NÚMERO DE VAGAS:

A Secretaria de Justiça de cada uma das nove regiões de Federação, ouvido o Ministério da Justiça, estabelecerá e divulgará o número de vagas e a sua distribuição entre as Unidades da Federação componentes da Região

PRE-REQUISITO:

Conclusão de curso de graduação ou de pós-graduação

REQUISITO:

Exercer atividade penitenciária em estabelecimento prisional ou instituições afins

LOCAL DE REALIZAÇÃO:

Estabelecimentos prisionais das Regiões Metropolitanas da Federação, ou Em locais determinados pelo executor do curso

DURAÇÃO:

Duas semanas, em geral

CORPO DOCENTE:

Convocado e formado pelo Ministério da Justiça

AVALIAÇÃO:

Avaliador:

Ministério da Justiça, ou
Secretaria de Justiça de cada uma das nove Regiões da Federação

Métodos:

Observação contínua das atividades realizadas e/ou
Relatórios

PROGRAMA CURRICULAR:

O programa curricular mínimo deverá constar de três disciplinas e de seminários

CURRÍCULO MÍNIMO

DISCIPLINAS

Direito Penal Executivo

Pesquisa em Penitenciariismo

Sociologia Criminal e Penitenciária

SEMINÁRIOS

Vitimologia e Vitimização

Arquitetura e Administração Penitenciárias

Psicologia da Passagem ao Ato

Dinâmica de Grupo para Equipe Multidisciplinar

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

DISCIPLINAS

Estimular, com base no Direito, a dinâmica grupal em equipes técnico-científicas, visando a harmonização de medidas ressocializadoras

DIREITO PENAL
EXECUTIVO

Proporcionar o acompanhamento e estimular a pesquisa no campo do penitenciarismo, através da realização contínua de novos conhecimentos

PESQUISA EM
PENITENCIARISMO

Analisar e interpretar os fatores criminógenos

Favorecer a implantação de um sistema integrado de trabalho, onde a formação e atuação de equipes interdisciplinares atuem mais eficazmente no ambiente prisional, visando a ressocialização do preso

SOCIOLOGIA CRIMINAL
E PENITENCIÁRIA

CONTEÚDOS CURRICULARES

DIREITO PENAL EXECUTIVO

Pena: Finalidade, Natureza e Classificação

Medida de Segurança: Finalidade, Natureza e Classificação

Periculosidade: Conceito, Diagnóstico e Prognóstico

Prisão Preventiva e Prisão em Flagrante

Recursos

Execução da Pena. Incidentes da Execução

Graça, Indulto, Anistia e Reabilitação

Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos e Recomendações Pertinentes
(ONU/1955)

Recomendações Básicas para uma Programação Penitenciária (MJ/1979)

PESQUISA EM PENITENCIARISMO

Metodologia em Ciências Sociais

Estatística Básica

Pesquisa Bibliográfica

SOCIOLOGIA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Estudo dos Fatores Criminógenos

Fatores na Análise do Delito

Prevenção Social do Delito

Contaminação Carcerária

SEMINÁRIOS

Vitimologia e Vitimização

Arquitetura e Administração Penitenciária

Psicologia da Passagem ao Ato

Dinâmica de Grupo para Equipe Multidisciplinar

(3) CURSO DE APERFEIÇOAMENTO (Nível Diretivo)

Dirigentes de Instituições ou Órgãos Penitenciários
Convidados especiais: Juizes de Execuções Penais

PLANO DE ORGANIZAÇÃO

OBJETIVO GERAL:

Integrar, em alto nível, a Política Penitenciária Nacional, divulgando a filosofia do CNPP junto às administrações superiores dos estabelecimentos prisionais ou afins

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Serão estabelecidos através da disciplina do curso e ampliados pelos seminários

PROMOTOR:

Ministério da Justiça

EXECUTOR:

Ministério da Justiça

PARTICIPANTES:

Dirigentes de instituições ou órgãos responsáveis pela execução da política penitenciária nas Unidades da Federação e de estabelecimentos prisionais de grande ou médio porte

Como Participantes Convidados, os Juízes das Execuções Penais em comarcas com estabelecimento prisional de grande ou médio porte

NÚMERO DE VAGAS:

O Ministério da Justiça estabelecerá e divulgará o número de vagas e a sua distribuição entre as Unidades da Federação

PRÉ-REQUISITO:

Ser dirigente de instituição ou órgão penitenciário ou de estabelecimento prisional de grande ou médio porte, ou

Ser Juiz da Execução Penal em comarca com estabelecimento prisional de grande ou médio porte

REQUISITO:

Encontrar-se no regular exercício funcional

LOCAL DE REALIZAÇÃO:

Brasília

DURAÇÃO:

Uma semana, em geral

CORPO DOCENTE:

Convocado e formado pelo Ministério da Justiça

AVALIAÇÃO

Avaliador:

Ministério da Justiça

Método:

Relatórios

PROGRAMA CURRICULAR

O programa curricular mínimo deverá constar de uma disciplina e de seminários

CURRÍCULO MÍNIMO

DISCIPLINA

Dinâmica Administrativa Penitenciária

SEMINÁRIOS

Direitos Humanos
Política Penitenciária Nacional
Comunidade e Penitenciarismo
Contaminação Carcerária
Administração Penitenciária

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

DISCIPLINA

Transmitir aos administradores de estabelecimentos prisionais, ou afins, a filosofia de política penitenciária do Ministério da Justiça, refletida pelo CNPP

Estimular a procura constante de novos métodos científicos na busca de soluções para situações problemáticas imediatas e mediatas

Proporcionar, através do acompanhamento situacional e funcional, a melhoria de liderança junto a grupos e equipes interdisciplinares, enfatizando sua responsabilidade no processo de ressocialização

Promover a troca de experiências e de informações técnico-científicas

DINÂMICA
ADMINISTRATIVA
PENITENCIÁRIA

www.elsk.com

www.elsk.com

El contenido de este libro
está protegido por los derechos
de autor. No se permite la
reproducción o el uso no autorizado
sin el consentimiento escrito del
editor.

www.elsk.com
www.elsk.com
www.elsk.com

www.elsk.com
www.elsk.com
www.elsk.com

CONTEÚDO CURRICULAR

DINÂMICA ADMINISTRATIVA PENITENCIÁRIA

Natureza e Posição da Autoridade em Administração Penitenciária

Delegação da Autoridade em Administração Penitenciária

Natureza e Política de Ação em Administração Penitenciária

Ética Profissional na Administração Penitenciária

Relacionamento da Administração Penitenciária com Outras Atividades

SEMINÁRIOS

Direitos Humanos

Política Penitenciária Nacional

Comunidade e Penitenciário

Contaminação Carcerária

Administração Penitenciária

ÍNDICE

	Página
Introdução	5
(1) CURSOS DE FORMAÇÃO	15
(1a) Agentes de Segurança	15
Plano de Organização	17
Currículo Mínimo	23
Objetivos Específicos	27
Ciclo Básico	29
Ciclo Profissional	32
Estágio Supervisionado	33
Estágio Probatório	33
Conteúdos Curriculares	35
(1b) Monitores Penitenciários	51
Plano de Organização	53
Currículo Mínimo	59
Objetivos Específicos	63
Ciclo Básico	65
Ciclo Profissional	68
Estágio Supervisionado	69
Estágio Probatório	70
Conteúdos Curriculares	71
(2) CURSOS DE TREINAMENTO	89
Plano de Organização	91
Currículo Mínimo	99
Objetivos Específicos	103
Conteúdos Curriculares	107
(3) CURSO DE APERFEIÇOAMENTO	113
Plano de Organização	115
Currículo Mínimo	119
Objetivos Específicos	123
Conteúdo Curricular	127